

**Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União**

Com fundamento no art. 81, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público junto ao TCU vem oferecer

**REPRESENTAÇÃO,  
COM REQUERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR,**

com propósito de que o Tribunal adote providências com o objetivo de apurar possíveis irregularidades cometidas no âmbito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em possível desvio de finalidade dos agentes envolvidos e em afronta à liberdade de imprensa garantida constitucionalmente, com dispêndio indevido de recursos públicos e utilização de precioso tempo de servidores e de recursos materiais, ao empreenderem na análise das atividades financeiras do jornalista Glenn Greenwald.

- II -

Em 02.07.19, o sítio eletrônico “O Antagonista” divulgou matéria informando que a Polícia Federal quer a análise de atividades financeiras de Greenwald. Conforme a notícia<sup>1</sup>:

A Polícia Federal pediu ao Coaf um relatório das atividades financeiras de Glenn Greenwald.

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.oantagonista.com/brasil/exclusivo-pf-quer-analise-de-atividades-financeiras-de-greenwald/>>. Acesso em 04.jul.2019.

O objetivo é verificar qualquer movimentação atípica que possa estar relacionada à invasão dos celulares de integrantes da Lava Jato.

Trata-se de uma ação de inteligência.

O advogado americano só será investigado se houver algum indício de que tenha encomendado o serviço criminoso.

Esse fato chamou tamanha atenção que diversos outros canais midiáticos reproduziram informações acerca da investigação a ser realizada pelo Coaf. Exemplificativamente citam-se matérias da Folha de São Paulo e do *site* Brasil 247:

#### **Oposição vai ao Ministério Público para blindar jornalista do The Intercept**

**Vai ter luta** Em resposta à investida da Polícia Federal contra Glenn Greenwald, do The Intercept Brasil, partidos de oposição preparam representação à Procuradoria-Geral da República. Na peça, vão pedir que o órgão “garanta a liberdade de imprensa” e evite que jornalista seja “vítima de abuso de autoridade”, diz Marcelo Freixo (PSOL-RJ)<sup>2</sup>.

#### **Escândalo: PF pede ao Coaf investigação sobre Glenn, em ato de improbidade de Moro**

Subordinada ao ministro Sergio Moro, a Polícia Federal pediu ao Coaf uma investigação sobre as movimentações financeiras do jornalista Glenn Greenwald, do Intercept, que revelou como Moro e a força-tarefa da Lava Jato fraudaram o processo judicial contra o ex-presidente Lula; a se confirmar a informação, divulgada pelo site Antagonista, Moro terá cometido o crime de improbidade administrativa, segundo o ex-deputado Wadiah Damous.

A Polícia Federal solicitou ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) uma investigação sobre as movimentações financeiras do jornalista Glenn Greenwald, do Intercept, que revelou ao Brasil e ao mundo como o ex-juiz Moro e os procuradores da força-tarefa da Lava Jato fraudaram o processo judicial contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>3</sup>

Não somente os canais jornalísticos, mas também diversos atores do cenário político atual tiveram oportunidade de se manifestar quanto o assunto. Nesse diapasão, me refiro à divulgação realizada pelo senador Renan Calheiros, quando, na noite de ontem, se manifestou sobre o tema:

“É preocupante a possibilidade de dois órgãos públicos, COAF e Polícia Federal, possam estar sendo manipulados para intimidar jornalistas e ameaçar a liberdade de imprensa. Se for verdade, Moro acrescenta problemas muito graves à pilha de ilegalidades já exposta. É o caso do típico desprezo repugnante à democracia, às leis e pode caracterizar obstrução da investigação do escândalo que envolve o próprio ministro. A Polícia Federal e o COAF não podem permitir isso”, disse Renan no vídeo.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/04/oposicao-vai-ao-ministerio-publico-para-blindar-jornalista-do-the-intercept/?loggedpaywall>>. Acesso em 04.jul.2019

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/escandalo-pf-pede-ao-coaf-investigacao-sobre-glenn-em-ato-de-improbidade-de-moro>>. Acesso em 04.jul.2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/renan-calheiros-defende-glenn-greewald-de-possivel-investigacao-do-coaf/>>. Acesso em 04.jul.2019.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Ministério Público**  
**Gab. do Subprocurador-Geral**  
**LUCAS ROCHA FURTADO**

Conforme informações noticiadas, o impulso de determinada atuação do Coaf adveio de uma retaliação à liberdade de imprensa e uma perseguição advinda de abuso de poder contra o jornalista Glenn Greenwald<sup>5</sup>. Cumpre lembrar que o referido jornalista foi o responsável por divulgar, recentemente, mensagens trocadas no aplicativo *Telegram* ocorridas entre grupos de procuradores e o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, com o ex-juiz Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça.

Em um dos trechos das reportagens anexadas, segundo o órgão de imprensa noticiante (Conversa Afiada), o líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), qualificou esse fato como o “mais grave ataque à liberdade de imprensa desde a redemocratização do Brasil a decisão do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, de acionar a Polícia Federal para investigar o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil. Glenn é vítima de uma ação de truculência que não assistimos nem na época da ditadura militar”, denunciou o parlamentar<sup>6</sup>.

Pelo teor das notícias jornalísticas, a finalidade concreta da atuação, neste caso, pelo Coaf seria, aparentemente, constranger o jornalista Glenn Greenwald e fragilizar a liberdade de imprensa garantida constitucionalmente em nosso país.

Parece, portanto, que, a se confirmarem as notícias jornalísticas no mundo dos fatos, os servidores do Coaf incorreram – e eventualmente seus superior, por ação ou omissão – quando do exercício de suas atividades profissionais, em flagrante desvio de finalidade pública, utilizando-se indevidamente de recursos e ferramentas de trabalho e produção e tratamento de informações com evidente dispêndio indevido e injustificado de expressivos recursos públicos, situação a demandar notoriamente a atuação do órgão de controle externo, no intuito de apurar eventual prejuízo ao erário (art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992), ato praticado com grave infração à norma legal ou ato de gestão ilegítimo de que resulte injustificado dano ao Erário (art. 58, incisos II e III da Lei nº 8.443/1992).

Importante lembrar que o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. Qualquer ato administrativo vinculado ou discricionário deve sempre se conformar com o interesse público em seus três níveis de realização (constitucional, legal e econômico). Independentemente de qualquer outro vício, se o ato foi praticado contrariando a finalidade legal que justificou a outorga de competência para a prática do ato, ou seja, se foi praticado com desvio de finalidade, ele é nulo. Ou seja, se a atuação dos servidores do Coaf se comprovarem como tendo incorrido em desvio de finalidade, não serviram a nenhum propósito e acabaram por consumir inutilmente os recursos públicos utilizados para essa prática, configurando dano ao erário, passível de responsabilidade no âmbito do Controle Externo.

Segundo divulgado nas notícias impressas que acompanham a presente representação, além do suposto desvio de finalidade verificado, a atuação do Coaf também pode configurar em afronta à liberdade de imprensa garantida pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Cabe ressaltar que o papel da imprensa é fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito, sendo visto por alguns doutrinadores como um quarto poder do nosso

---

<sup>5</sup> Disponível em : <https://www.brasil247.com/midia/comandada-por-moro-pf-reforca-perseguiacao-contr-glenn-e-david-miranda>>. Acesso em 04.jul.2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/pra-isso-que-ele-quer-mandar-no-coaf>>. Acesso em 04.jul.2019.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Ministério Público**  
**Gab. do Subprocurador-Geral**  
**LUCAS ROCHA FURTADO**

Estado. Isso porque, quando os canais midiáticos e os jornalistas veiculam informações relevantes estão desempenhando função essencial ao permitir que a sociedade tenha conhecimento e capacidade crítica sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com relação à liberdade de imprensa, a CF/88 em seu artigo 5º, inciso IX dispõe: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O art. 220, § 1º acrescenta: “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”.

Os respectivos incisos dispostos no art. 5º da CF/88 declaram que:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIV - e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Sendo assim, quando o Coaf busca analisar financeiramente as contas do jornalista Glenn Greenwald em retaliação à divulgação de mensagens por ele apresentadas, existem indícios de que esse órgão esteja sendo utilizado com desvio de finalidade pública e visando, indiretamente, fragilizar a liberdade de imprensa em nosso país. O risco dessa atuação chama tamanha atenção que até a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou nota preocupada com a liberdade de expressão no Brasil<sup>7</sup>.

Ressalto que os supostos atos irregulares praticados com desvio de finalidade nos termos aqui narrados, espriam efeitos inevitáveis no campo do julgamento da regularidade das contas do Ministério da Economia, notadamente por, ao se enveredarem em atuação que foge à competência do órgão, comprometem a boa gestão dos recursos públicos destinados à realização da estrita missão institucional afeta à atividade do Coaf. Cabe ressaltar que o Coaf é órgão administrativo brasileiro criado pela Lei nº 9.613/1998 e vinculado ao Ministério da Economia.

Ora, sabendo-se que a competência constitucional da Corte de Contas é, essencialmente, “julgar as contas dos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta” (art. 71, inciso II, da CF e art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/1992), incumbe ao TCU empreender às necessárias ações de controle de modo a poder certificar, com segurança e propriedade, que as contas anuais prestadas pelos administradores públicos “evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos e, ainda, a observância aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis”, conforme preconizado no art. 194 do seu Regimento Interno.

Havendo, pois, elementos que indicam que padecem de ilegalidade, por violação à garantia constitucional da liberdade de imprensa, bem como de desvio de finalidade, a atuação do Coaf em analisar financeiramente as contas do jornalista Glenn Greenwald, reclama-se a pronta atuação do TCU, para que, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=1145&IID=2>>. Acesso em 04.jul.2019

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Ministério Público**  
**Gab. do Subprocurador-Geral**  
**LUCAS ROCHA FURTADO**

Pública Federal, decida o Tribunal pela adoção das medidas necessárias a apurar a ocorrência de irregularidades naqueles atos.

Além disso, é de perceber que o caso em exame encerra as condições necessárias e suficientes para que, com base no que dispõe o artigo 276, *caput*, do Regimento Interno do TCU, seja adotada medida cautelar determinando a suspensão da elaboração, pelo Coaf, do relatório das atividades financeiras do jornalista Glenn Greenwald, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão. Isso porque estão evidentemente presentes, neste caso, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, traduzidos na aludida afronta à garantia constitucional da liberdade de imprensa, no fundado receio de ocorrer grave lesão ao erário advindo de dispêndio de recursos para atividade com suposto desvio de finalidade e ao interesse público e no risco de ineficácia de tardia decisão de mérito.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, *caput*, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155/2002, requer, pelas razões acima aduzidas, que o Tribunal conheça desta representação para, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal, decida pela adoção das medidas necessárias a apurar a ocorrência de supostas irregularidades perpetradas no âmbito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), consistentes na realização de atividades com desvio de finalidade e em afronta à garantia constitucional de liberdade de imprensa, incorrendo em dispêndio irregular de recursos públicos, com potenciais reflexos na própria gestão do órgão e na regularidade das contas do Ministério da Economia a qual é vinculado, e, fazendo-se presentes, no caso em exame, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, determine V. Ex.<sup>a</sup>, o Plenário do TCU ou o relator desta representação, em caráter cautelar, a suspensão da elaboração, pelo Coaf, do relatório das atividades financeiras do referido jornalista.

Ministério Público, 04 de julho de 2019.

**Lucas Rocha Furtado**  
Subprocurador Geral